

MARCAS SOCIO-LINGUÍSTICO-CULTURAIS EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA MATERNA E/OU NÃO-MATERNA

Maria do Socorro Pessoa

RESUMO: Ao se pensar em Língua Portuguesa do Brasil, logo considera-se que este é um país monolíngüe. Esse conceito não é de todo certo. Possuímos apenas uma língua, segundo o artigo 13 da Constituição Federal Brasileira: “A Língua Portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”, porém, na prática, são falados cerca de 210 idiomas; no meio indígena falam-se por volta de 170 línguas; existem outras 30 línguas entre as comunidades de descendentes de imigrantes; e, ainda, existe a Língua Brasileira de Sinais, a LIBRAS. Dessa forma, somos um país de inúmeras línguas/linguagens, portanto, plurilíngüe. Diz-se que um falante é plurilíngüe quando utiliza, no seio de uma mesma comunidade, várias línguas, conforme o tipo de comunicação (em sua família, em suas relações sociais, em suas relações com a administração, etc.). Diz-se de uma comunidade que ela é plurilíngüe quando várias línguas são utilizadas nos diversos tipos de comunicação. A Amazônia é um grande exemplo disso: Língua Portuguesa, dialetos da Língua Espanhola, Línguas Indígenas, Línguas de Imigrantes e Línguas dos remanescentes de Quilombolas, todas em contato nas salas de aula da Rede Pública de Ensino, onde se ensina, portanto, a Língua Portuguesa Materna e Não-Materna simultaneamente.

Palavras-Chave:

Amazônia, Língua Portuguesa Materna, Língua Não-Materna, Plurilinguismo, Ensino, Pluridialeto.

ABSTRACT :When thinking about Portuguese Language of Brazil, then it is considered that this is a monolingual country. This concept is not entirely true. We have only one language, according to Article 13 of the Federal Constitution: "The Portuguese language is the official language of the Federative Republic of Brazil," but in practice are spoken around 210 languages; the Indian middle are spoken around 170 languages; there are 30 other languages among communities of descendants of immigrants; and also there is the Brazilian sign language, the LIBRAS. Thus, we are a country of many languages, so multilingual. It is said that a speaker is when multilingual use, within the same community, several languages, depending on the type of communication (in your family, in his social relations and in their relations with the administration, etc.). It is said of a community it is plurilingual when multiple languages are used in different types of communication. The Amazon is a great example of this: Portuguese language, dialects of the Spanish Language, Indigenous Languages, Immigrant Language and Languages of the remaining Quilombo, all contact in classrooms on Public Education Network, where is taught, so Maternal Portuguese Language and Non-Maternal simultaneously.
Keywords: Amazon, Mother Portuguese Language, Non-Maternal Language, Multilingualism, Education, Pluridialeto.

INTRODUÇÃO

1. Os povos na construção da língua, da cultura e da sociedade amazônica

O objetivo maior deste texto é apresentar a reflexão e a proposta de trabalho advindas de investigações sobre o que se define por “Ensino de Língua Portuguesa” na região conhecida como “o Portal da Amazônia”, no Brasil. Nesse sentido, faz-se necessário lembrar como é a Sociedade Brasileira, a qual, como se sabe, é constituída por diversos povos. Desde que o país foi “descoberto” está recebendo gente de todo o mundo, além dos indígenas que aqui já viviam. Começou com os portugueses, e daí por diante, o território brasileiro foi, e é, habitado por representantes de inúmeras nações. Estes povos vieram por diversas razões: conquistas de terras, conquista do poder, esperança de uma vida melhor, obrigados e escravizados para servirem de mão de obra, refugiados, homens à procura de aventura, entre vários outros motivos. Ao chegarem ao Brasil, cada grupo se fixou numa determinada região, como se pode encontrar, por exemplo, o grande número de descendentes de japoneses e de italianos no Estado de São Paulo, e muitos descendentes de alemães no Rio Grande do Sul. Com essas fixações, e com o tempo que já passou, a cultura local de cada região Brasileira pode ser considerada definida. Entretanto, há regiões no Brasil onde a cultura ainda está relativamente em formação, devido à grande diversidade de povos colonizadores, como é o caso da região Amazônica, no Norte do País. Com essa heterogeneidade, a cultura amazônica só pode ser peculiar, pois é influenciada por todos os povos representados e tem como base a cultura do caboclo, do índio, do ribeirinho e do negro.

Com base nas informações de ROQUETE-PINTO (1938) e GONÇALVES (2005), sabe-se que a região que forma hoje o Estado de Rondônia começou a receber pessoas de outras civilizações não indígenas a partir do século XVIII, com as expedições que vinham em busca de metais e pedras preciosas. Pelo Tratado de Tordesilhas todo o Estado de Rondônia pertencia à Espanha. Com a penetração das Bandeiras e o mapeamento dos rios Madeira, Guaporé e Mamoré, no período de 1722 a 1747, houve uma redefinição dos limites entre Portugal e Espanha, realizados através dos Tratados de Madri e de Santo Idelfonso. A partir daí, Portugal passou a ter a posse definitiva da região e a defesa dos limites territoriais.

O processo migratório na região Amazônica ocorreu, primeiramente, no primeiro ciclo da borracha, durante o império de D. Pedro II, quando os nordestinos, fugindo da seca, migraram para a região e lá trabalharam até os primeiros anos do século XX. Essa migração só cessou quando o Sudeste Asiático teve sua produção de borracha mais barata que a amazônica. Outro período migratório ocorreu no segundo ciclo da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial. Os

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Estados Unidos precisavam do Látex brasileiro, então aconteceram os Acordos de Washington (1942). Nessa ocasião, o governo Getúlio Vargas, do Brasil, lançou uma campanha que levou, novamente, os nordestinos para a Amazônia.

Para facilitar o comércio da borracha decidiu-se construir uma estrada de ferro, a histórica Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Dessa migração surgiram duas cidades: Guajará-Mirim, que pertencia ao Estado do Mato Grosso, e Porto Velho que pertencia ao Estado do Amazonas. Estas cidades foram criadas nos extremos dos trilhos da ferrovia e seu crescimento ficou a cargo dos seringueiros, além dos ferroviários, dos membros da linha telegráfica de Rondon e dos extrativistas em geral. Por causa da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré houve necessidade de importação de mão de obra, aumentando o contingente populacional da região. É a continuidade da grande miscigenação Amazônica. Segundo MENEZES (1988), dentre os principais povos estrangeiros que imigraram para a Amazônia estão os imigrantes Turcos, Sírios, Gregos, Libaneses, Italianos, Indianos, Cubanos, Porto-riquenhos, Barbadianos, Jamaicanos, Chineses, Hindus e outros, imigração essa que transformou o trecho Porto Velho/Gujará-Mirim em região cosmopolita. A descoberta de minérios, principalmente a cassiterita no Portal da Amazônia, aumentou, demasiadamente, o processo migratório.

O último grande movimento migratório para a Amazônia, segundo GÓES (1996), ocorreu a partir da abertura da Rodovia denominada BR-364 que, na década de 1970, passou a ligar o Portal da Amazônia às outras regiões do Brasil, inclusive favorecendo a migração dos povos do Sul do País para Rondônia e para o interior do Estado do Amazonas, por exemplo, para Humaitá. A maioria dos povos do Sul, como se sabe, são nativos ou descendentes de alemães, ucranianos, poloneses e italianos.. Na mesma época desse fluxo migratório ocorreu a implantação dos projetos de colonização e reforma agrária patrocinados pelo Governo Federal, na prática de uma política de suposta integração nacional, com doação de terras para quem desejasse vir habitar, povoar e colonizar a imensa área de matas e de populações tradicionais – indígenas, ribeirinhos, quilombolas - existentes nesse Norte do Brasil. Esses acontecimentos permitiram a migração de inúmeras famílias procedentes, também, de outras regiões do Brasil: Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste.

Diante dos fatos apresentados conclui-se que, é inquestionável a multiculturalidade da Amazônia. Tal multiculturalidade, aliada às dificuldades de uma sociedade em construção de todos os matizes: social, econômico, habitacional e cultural, como é óbvio, propiciaram situações imensamente conflituosas nos locais onde as populações todas se fizeram representar: as salas de aulas das Escolas Públicas. O maior conflito? As aulas de Língua Portuguesa e as aulas das séries

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

iniciais do Ensino Básico. Comunicação precária, compreensão angustiante, crianças deprimidas, professores exaustos, desanimados.

Na escola, quando se trata do Ensino de Língua Portuguesa, como Língua Materna, professores e alunos interagem linguisticamente em condições sociais concretas que, segundo BOURDIEU (1996, p. 32), funciona como um mercado linguístico onde se constrói a legitimação da língua oficial, que, sendo obrigatória em espaços oficiais, “torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas”. Ainda de acordo com BOURDIEU (1996), na comunidade pedagógica, cabe ao professor refletir sempre a cultura e a linguagem legítima. No entanto, essa comunicação está fundamentada em bases desiguais, visto que os alunos das classes dominantes chegam à escola em condições de usar o “capital cultural” e o “capital linguístico escolarmente rentável”, já que estão familiarizados com eles em seu grupo social. Já os alunos das classes populares fracassam ao chegarem à escola, em função de sua linguagem ser considerada não reconhecida socialmente. O fato de não dominarem a linguagem da escola reflete na incapacidade de compreensão e expressão na comunidade pedagógica. Nesse sentido, a escola não deve contribuir com a desvalorização dos modos de expressão populares, realizando ações que, no mínimo, evitem os preconceitos linguísticos.

De acordo com GONÇALVES (2005), o morador ribeirinho, também denominado pejorativamente como “beradeiro”, é alvo de estereótipos, considerado portador de uma cultura primitiva e marginalizada. Em suas práticas é possível perceber diversas culturas vindas de vários povos indígenas, de imigrantes portugueses, de migrantes nordestinos e de populações negras. O Ribeirinho possui um saber desenvolvido pela convivência com os rios e com a floresta. A pesca está muito presente no seu cotidiano, como também a agricultura e o extrativismo. No Estado de Rondônia, a população ribeirinha experimentou, ainda, a exploração garimpeira e a exploração da madeira, cujas práticas provocaram grandes prejuízos ao meio-ambiente. Esse povo possui vários anos de experiências em manipulação de ecossistemas delicados e, além disso, adquiriram suas próprias formas de construir seus barcos e suas casas, adaptados às condições específicas da região. Segundo SILVA (2003), as casas dos ribeirinhos têm suas coberturas feitas de palhas trançadas; a culinária é rica em sabores de peixes, carnes, farinha d’água, tucupi e frutos da mata; o vocabulário comum é associado à língua **Tupi**, (grifo nosso) além de receber inúmeras contribuições linguísticas das populações negras, dos migrantes e imigrantes. Acreditam e narram lendas da mitologia amazônica.

Diante do quadro populacional no/do Portal da Amazônia, parece ser inadiável a discussão de propostas alternativas para o ensino de Língua Portuguesa, como se vê, Materna e Não-Materna, simultaneamente. Não se tem como objetivo criar um livro de receitas prontas para o ensino da Educação Linguística, e nem, tão pouco, subestimar a criatividade dos professores dessa área de ensino. Porém, nossa Prática com alunos de Estágio Supervisionado do Curso de Letras, e, também com a aplicação da Carga Horária de Prática Como Componente Curricular, do mesmo Curso, e o sucesso obtido nesses trabalhos, a partir do que propomos, justificam a sugestão de metodologia e proposta alternativa para o Ensino de Língua Portuguesa que ora apresentamos.

PROPOSTA ALTERNATIVA: MAPAS COMO LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA MATERNA E NÃO MATERNA, NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA PARA A VIDA.

Propõe-se, para o ensino da Língua Portuguesa, com vistas à multiculturalidade e diversidade sócio-lingüístico-cultural apresentadas na/da Amazônia, políticas relativas ao estudo dos diversos fenômenos linguísticos e culturais contextualizados, no tempo e no espaço, por meio de Mapas Físicos, Políticos, Temáticos, Geográficos e Históricos. Insistimos que tais metodologia e material didático visam minorar, e quem sabe vencer, os obstáculos advindos de uma sala de aula de Educação Básica onde alunos e professores podem, na maioria das vezes, enfrentar problemas de interação de linguagem verbal e não verbal, quer de Ensino, quer de Aprendizagem, da Língua Oficial do Brasil.

Os Mapas Histórico-Geográficos são grandes livros e instrumentos didáticos porque em seus limites estão a história dos povos. Observe-se que o Planeta Terra só é visualizado através do Globo Terrestre, que é, na verdade, um grande Mapa Geográfico. Utilizar mapas como opção político-pedagógica, significa refletir e analisar para ler e escrever a história das populações construtoras dos acontecimentos que ocorrem nos limites visualizados. Nesses limites estão temas tais como:

- a) Valores Coletivos: religião, folclore, natureza;
- b) Valores Individuais: música, gastronomia, lazer;
- c) Valores Sociais: patrimônios públicos, política partidária, percursos públicos.

O Espaço Geográfico representado e visualizado através dos Mapas“delimita”:

a) Valores da vida - iniciam-se desde que nascemos: a família, a hierarquia social, os sentimentos;

b) Valores formais - são “construídos” com a maturidade, com a experiência, com as interpretações sobre o que é a vida, o mundo, e, são solidificados na Educação Formal, portanto, na Educação Escolar, que resultam nas nossas “concepções” e visão de mundo. No espaço delimitado pelo Globo Terrestre e pelos Mapas do Brasil, e/ou dos Estados Brasileiros é que pretendemos concretizar nossa proposta alternativa de ensino de Língua Portuguesa Materna e Não-Materna, de modo simultâneo, e que, doravante, denominaremos apenas de Educação Linguística.

A concretização do ensino da Educação Linguística, já mencionado, dar-se-á através dos estudos de todos os aspectos observáveis nos mapas, tais como: espaço físico, clima, fuso horário, vegetação, aspectos políticos, sociais, ambientais, culturais e de formação da população. Estes temas de estudos serão o ponto de partida da expressão oral e escrita e serão integrados à observação sobre a variação linguística de cada região do Brasil. Serão, também, o caminho de motivação para o estudo e a compreensão de que todas as Línguas são boas e representam seus povos. Abre-se, como temos observado, uma porta para a valorização do processo migratório de todas as gentes, de todas as pessoas que estão naquela sala de aula onde ter-se-á de ensinar e aprender a Língua Portuguesa Formal. Faz-se necessário motivar todos os alunos para que se efetue uma prazerosa investigação, a partir dos Mapas Históricos-Geográficos-Físicos-Temáticos, que destaque a cultura formal, informal, histórica, de tradição e popular, em cada sítio visualizado nesses mapas. Ao respeitar os locais e as histórias da cultura aprendida e apreendida nos limites dos mapas, pode-se usar tal conhecimento aplicado às metodologias reflexivas e reais do ensino da língua majoritária, porque nacional e oficial, a Língua Portuguesa. Este procedimento didático permite a contextualização de acontecimentos, de maneira a considerar as diversas e possíveis influências sociais, históricas, geográficas entre outras, na linguagem do usuário. Acredita-se que tal metodologia e instrumento didático aproxima as populações representadas ali, os esquemas, os quadros e as descrições do cotidiano educacional de todos que vieram para a escola para aprender, especialmente, a Língua Portuguesa. Será essa Língua que os

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

instrumentalizará, sempre, nos fazeres cotidianos e que será, inclusive, seu maior instrumento de luta nos espaços sociais que frequentarão. Será importante que descubram que ela terá de ser melhor aprendida ao longo da vida.

Os estudos de acontecimentos contextualizados, por meio de Mapas, denominamos de Políticas Didático-Linguísticas, as quais possibilitam que a Educação Linguística seja favorecida em comunidades heterogêneas, de diversidade linguístico-cultural, como a dos Estados Amazônicos. Acredita-se que esta metodologia de ensino permite determinar os conhecimentos prévios que cada aluno tem em relação aos novos conteúdos de aprendizagem e que esses conteúdos propostos são significativos e funcionais para os estudantes, de maneira que provoca um conflito cognitivo e promove a atividade mental do aprendiz, necessária para que ele estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, gerando uma atitude favorável, motivando-os em relação à aprendizagem desses novos conteúdos nas aulas de Língua Portuguesa.

As atividades desenvolvidas nesses estudos devem:

- a) Representar um desafio alcançável para os alunos;
- b) Considerar as competências atuais;
- c) Concretizar conhecimentos adquiridos com a ajuda necessária do professor;
- d) Estimular a auto-estima e o auto-conceito em relação às aprendizagens propostas;
- e) Ajudar os alunos a adquirirem habilidades relacionadas com o “aprender a aprender”, que lhes permite ser cada vez mais autônomos em suas aprendizagens sobre a Educação Linguística.

Insiste-se que, para ensinar/aprender conteúdos contextualizados através dos mapas faz-se necessário considerar variadas estratégias pedagógicas, que contemplem a participação efetiva dos alunos ao longo do processo de aprendizagem da Língua Oficial do País, embora, em muitos casos, essa Língua seja estrangeira para eles. Além disso, é preciso promover a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento.

A relevância do estudo da Língua Portuguesa é demonstrada pelo conhecimento que dela precisamos ter para registrar as aprendizagens de outras disciplinas. Nesse sentido, o professor deverá, sempre, valorizar a cultura local, regional e do país, bem como, valorizar os diferentes dialetos da Língua Portuguesa, porém, sistematizar o ensinamento para que os alunos tornem-se capazes de adequar a Língua Portuguesa, seja oral ou escrita, às diversas situações ao longo da vida, independente de que essa língua seja ou não a sua Língua Materna.

Exemplifica-se uma aula de Língua Portuguesa, utilizando-se o Mapa Físico de Rondônia, em uma turma tão miscigenada como a população que vimos descrevendo ao longo deste texto. Pretende-se ensinar a Língua Portuguesa, na prática, com os seguintes estudos:

a) **Conhecimentos conceituais:**

- Situar e reconhecer a Língua Portuguesa da região;
- Conhecer os principais movimentos de ocupação do espaço e sua influência na vida das pessoas, na paisagem e na linguagem;
- Conhecer e localizar a distribuição das rodovias, hidrovias e ferrovias do espaço geográfico de Rondônia.

b) **Conhecimentos procedimentais:**

- Observar imagens;
- Desenhar; - Pesquisar;
- Ler o(s) Mapa(s);
- Montar maquetes;
- Preencher quadros informativos.

c) **Conhecimentos atitudinais:**

- Ponderar a respeito das conquistas espaciais;
- Conhecer e respeitar os diferentes povos do Mundo, do Brasil, e de Rondônia, para valorizar o Multiculturalismo presente na linguagem de todos;
- Preocupar-se e sensibilizar-se com a poluição das águas e valorização do meio ambiente.

Para desenvolver os estudos de Língua Portuguesa com os mapas é necessário saber interpretá-los através de algumas noções como: visão oblíqua e visão vertical; alfabeto cartográfico (ponto, linha e área); construção de legenda; proporção e escala; lateralidade, referências, orientações e outros, fato que leva à interdisciplinaridade e à aproximação significativa da realidade. Com essas atividades, o aluno é direcionado às práticas de observações, análises, comparações, oralidade, diálogo, trocas de informações, relatos, descrições, que tornarão sempre presentes, na sala de aula, a fala e a escrita.

A atividade de escrita poderá ter várias etapas, como a sistematização da escrita, quando será definido o gênero textual, o planejamento da escrita e o planejamento da apresentação do texto produzido. E então, ocorrem e ocorrerão leituras, debates, pesquisas, para, em seguida, aplicar-se a Análise Lingüística dos textos produzidos. Este será o momento de correção, reflexão,

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

compreensão, adequação linguística, tomadas de decisões e escolhas, observação de ortografia, produção e desenvolvimento das ideias, pontuação, raciocínio lógico, acentuação gráfica, estilo de texto, mensagem conduzida pelo texto, coerência e coesão textual. Feito isso, acontecerá a (re) escrita do texto, a troca de textos entre os alunos, para análise, adequação temática, reflexão, (re) escrita final dos textos, e por fim, a amostra dos resultados produzidos e a avaliação do ensino e da aprendizagem, que são os resultados para a vida. A leitura está presente em todos os momentos, além de ser o instrumento para desenvolver o conhecimento contextualizado referente à Língua Portuguesa com suas Linguagens, divisão e organização da Língua como um todo. Então, será possível possibilitar a todos os envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem de Educação Linguística, ser culturalmente sensível para aceitar as diferenças, respeitar seus valores e os valores do outro; transmitir valores como acréscimo e nunca como substituição, e, despir-se de preconceito racial, linguístico e social. Acredita-se que o uso dos Mapas Históricos-Geográficos-Físicos-Temáticos-Políticos, associados às disciplinas de uma nova grade curricular voltada para o respeito às diferenças, com certeza possibilitarão uma maior aproximação entre os povos, advindas de um melhor conhecimento sobre o que seja ensinar Língua Portuguesa.

A Constituição Federal, Art. 5º, garante e determina: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade...”. Com base nestas palavras, podemos perceber como é contraditória a realidade; a lei garante a igualdade, porém, alguns cidadãos, nessa mesma nação, persistem em uma postura de desprezar, menosprezar, e até ridicularizar outra pessoa ou grupo, apenas porque estão enraizados em conceitos pré-determinados, que, muitas vezes, não possuem nenhuma constatação sólida. Pode-se ressaltar o Código Penal brasileiro, no capítulo I, da Disposição Preliminar, Art. 1º que “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.” Infelizmente, nem todos os atos preconceituosos são punidos pela Lei; são atos gerados em relação a uma pessoa, a um povo, a uma atividade. Muitos desses atos podem ocorrer de forma inconsciente, mas podem gerar desconfortos, rejeição, e, inclusive, podem provocar a violência do apagamento da cultura e da identidade dos discriminados. Diante dessas constatações, acredita-se na necessidade da valorização do outro, do acolhimento e da aceitação, inclusive para facilitar o aprendizado da “língua de convivência”. Segundo HOUAISS (2004, p. 751) valorizar é “dar ou reconhecer o valor, a importância de (algo, alguém ou si mesmo)... dar destaque positivo a...”. Destaca-se aqui que, não se trata de uma postura demagoga, mas sim, de reconhecer as qualidades e importância de cada um na construção do ambiente social da Amazônia.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

A valorização que se pretende, utilizando-se os Mapas como instrumentos didáticos nas aulas de Língua Portuguesa, se estabelece numa relação de respeito. As partes envolvidas nessa situação terão oportunidade de conhecer e perceber em que áreas são parecidas e onde são divergentes, de maneira que se propicie a troca de informações e a aquisição de conhecimentos. Não se pretende, jamais, homogeneizar o ensino ou a população. Obviamente, é necessário que os aprendizes adquiram as mesmas posturas cidadãs, porém, respeitando-se as diferenças. Através da valorização e do contato que é gerado com essa prática, é possível entender as divergências culturais entre pessoas, grupos, povos e regiões, e, com isso, perceber o quanto é importante que exista o respeito mútuo pelas línguas e linguagens em contato na sala de aula e na sociedade Amazônica/Amazônida, local privilegiado de culturas divergentes em contato.

DUBOIS (2006, p. 163) diz que “Cultura é o conjunto complexo das representações, dos juízos ideológicos e dos sentimentos que se transmitem no interior de uma comunidade.” HOUAISS (2004, p. 204), também afirma que cultura é “conjunto de padrões de comportamento, crenças, costumes, atividades de um grupo social, conhecimento, instrução.”

Sabe-se que é inevitável o “estranhamento” quando ocorre contato entre duas ou mais pessoas com culturas e línguas/linguagens diferentes, porém, torna-se necessário a compreensão e a prática de um convívio respeitoso. Mas, aprender esta experiência de modo empírico pode ser um processo doloroso. É preciso, acredita-se, que as aulas de Língua Portuguesa sejam instrumentos de aprendizado da convivência das diversidades manifestadas pelas línguas em contato, pois, no contexto rondoniense/amazônico, o cidadão precisa entender que ele é agente direto na formação dessa sociedade, independente da sua origem, se veio como migrante, como imigrante ou se é membro dos nativos indígenas e/ou das comunidades tradicionais. O que importa é que esse indivíduo faz parte de um conjunto social. Sua cultura e seus conhecimentos servem e são para desenvolver esse lugar.

A Amazônia, em Geral segundo GONÇALVES (2005), longe de ser homogeneia, é uma região extremamente complexa e diversificada. Habitar esses espaços é um desafio à inteligência, à convivência com a diversidade, porque esse é o patrimônio que as populações originárias e tradicionais da região oferecem para o diálogo com outras culturas e saberes. Portanto, é preciso entender o valor desse local e das pessoas que o habitam. Como já se sabe, a região Amazônica é rica em natureza, água, plantas medicinais, alimentação natural, porém, há que se promover, pela Educação Linguística, a valorização da individualidade somada à miscigenação.

O Art. 30 da Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos defende que “A língua e a cultura de cada comunidade linguística devem ser objeto de estudo e de pesquisa em nível universitário.” Em nosso caso, a Educação Linguística é direcionada ao ser humano enquanto

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

construtor dessa sociedade Amazônica/Amazônida, que vive e convive nesse Laboratório Linguístico que é esta região do Brasil.

Acredita-se que a Educação Linguística é a grande abertura da aproximação entre povos, etnias e sociedades. E não há como a educação escolar manter-se indiferente ao encontro inevitável em suas salas de aula. As diversidades culturais são espelhadas nos encontros que se fazem entre raças, religiões, local de residência, país de origem, classe social, profissão, atitude linguística, entre outros. Esses encontros conduzem a uma heterogeneidade linguística que destaca falares rurais, urbanos, gírias, sotaques e sintaxes diversas que adentram o aprendizado da língua de acolhimento, bem como da Língua Materna.

Uma Educação Linguística para a vida reflete o modo utilizado pelo professor para desenvolver metodologias de ensino de Línguas, inclusive Língua Portuguesa Materna ou Não-Materna, de maneira que possibilite ensinar a língua em todos os seus aspectos: sintático, semântico, pragmático, morfológico e de uso, instrumentalizando-se com o material didático-pedagógico que representam os Mapas já citados; a questão dos valores linguísticos é ensinada de forma a respeitar os valores de cada aluno e ensiná-lo a respeitar os valores do Outro, para, então, ocorrer uma transmissão desses valores em forma de acréscimo aos conhecimentos anteriores de todos, e não como substituição de suas linguagens e de suas culturas, como já citado. Dessa maneira, como mencionado anteriormente, todos se livram do preconceito racial, linguístico e social, e, espera-se, será despertado, nos envolvidos, o amor à Língua Portuguesa como língua aproximativa e jamais língua de afastamento. Acredita-se que a língua é um instrumento de luta e interação do homem, e não pode ser usada como meio de discriminação ou distanciamento de pessoas, grupos, povos ou nações, pois, mesmo não sendo Língua Materna, será a língua do país de acolhimento que o falante necessitará para interagir socialmente. Caso não haja essa compreensão, construiremos o preconceito linguístico.

O preconceito linguístico é construído socialmente e encobre o preconceito social, o cultural, o étnico, o religioso e muitos outros. Essa postura gera a exclusão do ser humano, e, assim, tira desse todas as possibilidades de uma vida de qualidade. Quando uma pessoa ou um povo é vítima de preconceito em relação a sua língua/linguagem está perdendo também o seu direito de se expressar livremente. Dessa maneira, as diversidades, inclusive as de caráter linguístico-culturais, estão impossibilitadas de se manifestarem, ou melhor, de existirem.

As diferenças linguísticas dos falantes de Língua Portuguesa residentes em qualquer lugar do Brasil, sejam eles brasileiros, estrangeiros ou nativos, não podem ser usadas como motivo de separação ou discriminação; ao contrário, devem ser consideradas como aquilo que são: fator de identidade. É preciso entender que as diferenças revelam culturas, histórias e percursos de vida.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Essa diversidade é uma rica fonte de conhecimento e tem grande potencial na produção dos textos da Educação Linguística, sejam eles orais ou escritos. Além disso, a multiculturalidade é um instrumento para levar à conscientização do que seja cidadania e, nesse sentido, o ensino Formal da Língua Padrão não deve excluir as diversidades das vidas dos usuários, onde quer que estejam e quem quer que sejam.

Adotar o ensino da Educação Linguística com os instrumentos Didático-Pedagógicos dos Mapas propostos, significa assumir a necessidade de agir como professor e como aprendiz, simultaneamente, inclusive preparar-se para ser questionado, interrogado, colocado na “berlinda” avaliativa dos outros professores. Muitos dirão: “e a avaliação”? e as “notas” dos alunos? Esta proposta e metodologia de ensino prevê que a avaliação se dará sempre que as atividades forem aplicadas, a fim de diagnosticar o nível de aquisição de conhecimento adquirido pelo aluno durante o processo de ensino/aprendizagem. Prioriza o conhecimento prévio e promove o aprendizado para a vida. Nesse sentido, o uso do mapa, em qualquer Prática Didático-Pedagógica da Educação Linguística, haverá de considerar três tipos de conhecimentos, a saber:

a) **Conhecimentos conceituais:**

- Situar e reconhecer a Língua Portuguesa da região Amazônica; Conhecer os povos, as variações dialetais que formam a sociedade amazonense e as influências dessa heterogeneidade nos aspectos linguístico-culturais da região Amazônica;
- Conscientizar-se de que há variações na oralidade que nem sempre podem ser transpostas à norma escrita-padrão.

b) **Conhecimentos procedimentais:**

- Ler os mapas;
- Fichar os conhecimentos sobre povos da Amazônia e os aspectos linguístico-culturais;
- Listar os grupos sociais e os aspectos que sejam marcas de linguagem e de cultura da sociedade amazonense;
- Elaborar um quadro com as variações dialetais dos diversos grupos sociais e comparar com outras palavras utilizadas para dizer a mesma coisa;
- Escrever textos sobre os aspectos linguístico-culturais e as diversas formas de expressão que os grupos sociais da região costumam utilizar;

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

- Ler e realizar Análise Linguística desses textos observando a norma escrita-padrão da Língua Portuguesa: ortografia, acentuação gráfica, coesão e coerência, concordância verbal; concordância nominal; gênero textual e adequação linguística ao gênero escolhido para a escrita;

- Fazer a (re) escrita e a (re) leitura dos textos, após a Análise Linguística;

- Apresentar os textos produzidos, em roda de leitura, para a turma.

c) Conhecimentos atitudinais:

- Produzir e apresentar uma peça teatral que destaque os grupos sociais encontrados na região e suas diversidades linguístico-culturais,

- Conhecer e respeitar os diferentes grupos sociais encontrados e valorizar as diferenças encontradas na linguagem e na cultura, as quais são marcas desses grupos sociais.

Exemplifiquemos, de modo mais esclarecedor, sem a pretensão de “receitar” metodologias, para as ações didáticas de uma aula. O que pretende-se é auxiliar o professor de Língua Portuguesa, durante suas aulas de Educação Linguística, a alcançar a concretização dos conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais, descritos anteriormente. Esta tem sido a aula que ministramos e que tem sido considerada, por alunos e demais professores, especialmente nas sessões de Estágio Supervisionado e/ou da Prática Como Componente Curricular, como uma “Prática de Sucesso”.

a) Inicialmente, o professor distribui um texto sobre a Amazônia, por exemplo, para os alunos, para realizarem juntos, professor e alunos, a leitura e discussão sobre/do texto: assunto, tema, mensagem, quem o escreveu, em que momento, importância do assunto, etc.;

b) A seguir, realiza-se um debate sobre a leitura feita, relacionando-a com a origem e a linguagem usada, procurando identificar se o assunto faz parte das linguagens dos povos tradicionais, dos migrantes e imigrantes, dos indígenas, enfim, se o texto significa alguma coisa para os que formam a sociedade daquele local, possibilitando identificar, no Mapa Físico daquela localidade, as características que marcam os povos: indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos, migrantes e imigrantes, destacando, também, quem são esses imigrantes (de onde vieram e em que região do Estado agora estão);

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

c) Olhando e analisando os ensinamentos que estão nos limites dos Mapas, discute-se a questão dos dialetos e das línguas que representam os povos ali encontrados;

d) Aproveita-se a oportunidade do debate iniciado para discutir os dialetos de uma mesma língua, no caso da Língua Portuguesa, destacando que: todos falam a mesma língua, porém, de modo diversificado;

e) Discute-se e prova-se, através de músicas, dados do folclore, receitas da gastronomia, entre outros, as variações dialetais de cada grupo social;

f) Com os povos identificados nos Mapas, os alunos preenchem fichas, elaboradas pelo professor, destacando as marcas linguístico-culturais dos povos e populações identificados;

g) Após o preenchimento das fichas, realiza-se novo debate entre professor e alunos, sobre os grupos sociais formadores daquela sociedade. Neste momento, também são destacados os aspectos linguístico-culturais: gírias, posturas linguísticas, vestuário, gastronomia, festas, costumes, religiões e demais valores;

h) Agora, após as discussões e debates realizados, é o momento de praticar a escrita. Escreve-se sobre os debates efetuados, destacando, com incentivo do professor, a relevância do texto bem escrito em Língua Portuguesa, a relevância desta língua no registro histórico que nesse momento acontece.

O ensino da escrita, segundo os PCN de 5ª a 8ª séries (2000, p. 76), (atualmente 6º a 9º ano), diz que “nas atividades de produção que envolvem autoria ou criação, a tarefa do sujeito torna-se mais complexa, porque precisa articular ambos os planos: o conteúdo – o que dizer – e o da expressão – como dizer”.

Nossas investigações nos permitem afirmar que a escrita é uma atividade interativa entre duas ou mais pessoas, além de ser também dialógica, negociável e dinâmica, como a fala. A atividade interativa da escrita é uma atividade de expressão, de manifestação de idéias, intenções, informações, crenças ou de sentimentos que pretende-se partilhar com alguém, para, de alguma maneira, interagir com ele. Mesmo que esse alguém não esteja presente no momento da criação do texto. Portanto, é imprescindível que o professor, ao propor a escrita, informe aos alunos quem serão os leitores, pois, só assim, o aluno poderá ter uma referência, e, inclusive, preocupe-se com o modo e estilo daquilo que escreverá.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

i) O trabalho com a escrita deve levar os alunos a criarem textos de verdade real, com estrutura, com visão global, articulado, de forma a expressar algo significativo sobre os temas debatidos, sobre as leituras efetuadas, sobre a aprendizagem em curso. O professor também pode sugerir, fazer propostas de textos, aproveitando o momento para ensinar Tipologia Textual, bem como Gênero Textual. Apresenta-se explicação e esclarecimentos para que os alunos possam escrever em todos os gêneros, criando, assim, textos socialmente relevantes, com conteúdos interessantes que exerçam alguma função que não seja apenas a informativa, com contextualidade. Contudo, é necessário atentar para as condições de produção do texto, com método adequado, fazendo planejamento, escrita e revisão, e para que isso aconteça de forma correta é preciso dispor de tempo, não atropelar a aula pensando apenas nos itens gramaticais do texto escrito. A adequação da forma também deve ser considerada, respeitando-se a ortografia, os sinais de pontuação e a organização do texto, cujo conjunto facilitará o entendimento do leitor. Sobre o ensino da gramática, pode-se citar os PCNEM (2000, p. 16), que nos levam a refletir comprovando-nos que o estudo gramatical aparece nos planos curriculares de Português, desde as séries iniciais, sem que os alunos, até as séries finais do Ensino Médio, dominem a nomenclatura. Estaria a falha nos alunos? Será que a gramática que se ensina faz sentido para aqueles que sabem gramática porque são falantes nativos? A confusão entre norma e gramaticalidade é o grande problema da gramática ensinada pela escola. O que deveria ser um exercício para o falar/escrever/ler melhor se transforma em uma camisa de força incompreensível. Diante do que já expusemos, tomamos a liberdade de sugerir que, ao invés de aulas de gramática, ocorra a prática de Análise Linguística. De posse desses dados e desses conhecimentos, os alunos, com a orientação do professor, elaboram quadros descritivos que demonstram as variações dialetais da Língua Portuguesa, quais outras línguas estão presentes na sala de aula, quais os diversos grupos sociais identificados, comparando-os com outros povos, com outras palavras, com outros modos de expressão utilizados para dizer a mesma coisa, ou para registrar os mesmos sentimentos. Para que a elaboração desse quadro seja fiel à realidade, primeiramente ensinamos aos alunos que as marcas sociais de uma comunidade são evidenciadas em suas manifestações culturais. Entendemos aqui como “cultura” um conhecimento que pode ser adquirido socialmente, ou seja, como o conhecimento que uma pessoa tem em virtude de ser membro de uma determinada sociedade. Esse conhecimento deve ser interpretado como forma de fazer algo e forma de aprender algo (LYONS, 1981).

Os espaços da sociedade que permitem tornar evidentes suas marcas sociais são, de modo geral, eventos como as festas, as manifestações religiosas, a gastronomia e o folclore.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Nessas realizações sociais a linguagem e a cultura dos povos explodem como sinais identitários únicos e particulares. O modo natural das danças típicas, a linguagem da culinária, o vestuário e a expressividade, tornam-se marcas de identificação que, se valorizadas e utilizadas no ensino-aprendizagem da Educação Linguística Formal, conseqüentemente provocarão mudanças de atitudes e de práticas didático-pedagógicas. Os textos orais, os contos populares, as lendas, as histórias das tradições, podem transformar-se em rico material na aprendizagem da(s) língua(s) e da(s) cultura(s). Sugere-se, inclusive, que esta possa ser uma metodologia de divulgação e aprendizagem sobre as marcas sociais Amazônicas/Amazônidas..

j) Posteriormente, ocorre, individualmente, uma escrita de textos sobre os aspectos linguístico-culturais e as diversas formas de expressão que os grupos sociais da Amazônia utilizam para se comunicarem.

k) Quando os textos estão prontos são apresentados para a Análise Linguística.

Parece-nos relevante a reflexão sobre o que é a Análise Linguística dos textos escritos pelos alunos. A Análise Linguística é o momento especial da escrita, pois, ultrapassa as fronteiras da reflexão sobre o funcionamento da língua. Além disso, chama-nos para refletirmos sobre o modo e a estrutura da escrita coesa e coerente. E mais: as discussões a respeito dos aspectos formais da escrita são elaboradas no momento da organização e revisão dos textos, eliminando-se com esse fazer, um estudo de gramática descontextualizado e inócuo. Atividades com Análise Linguística permitem ao professor envolver, em suas aulas, todas as competências que o aluno deve desenvolver no estudo de Língua Portuguesa, que são a oralidade, a leitura e a escrita. Ao considerar essas questões de práticas pedagógicas, em aulas de Língua Portuguesa, pode-se perceber que o ensino da língua, nos Ensinos Fundamental e Médio, não precisa necessariamente formar gramáticos ou linguistas especialistas; é preciso apenas que consigamos levar os aprendizes a perceberem a riqueza que envolve o uso efetivo da língua. Ao propiciar este trabalho e estudo cumpre-se o papel da Educação Linguística e da escola: instrumentalizar os alunos para transitarem nos textos não-escolares e escolares.

No momento da Análise Linguística dos textos produzidos pelos alunos o Professor de Língua Portuguesa solidifica o trabalho multicultural lembrando aos alunos que o lugar da Amazônia está relacionado com a manutenção das atividades tradicionais e do conhecimento empírico da população local sobre a região, devido à importância de sua biodiversidade, da água potável e do sequestro de carbono realizado pela floresta. Fala-se em um capital natural que deve ser mantido e preservado e por isso o desenvolvimento local endógeno surge como opção de um

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

modelo de desenvolvimento econômico que traga maior segurança aos recursos, à sociedade e à floresta, além de menores desigualdades sociais e regionais, ou seja, um desenvolvimento de “baixo para cima” ou de “dentro para fora”. Volta-se a visualizar nos Mapas-Didáticos, já comum ao estudo de todos, que, a variação linguística não pode ser ignorada, pois essa variação representa a diversidade cultural do nativo. Nesse sentido é que volta-se a afirmar que é impensável um estudo de Língua Portuguesa que não tenha como prioridade considerar a diversidade e heterogeneidade linguística do país. Em primeiro lugar, os alunos já estão conscientes de que a variação linguística presente nas salas de aula que frequentam, especialmente em terras de migrantes, não é só deles, alunos. Também o professor é um migrante, com variação própria, com identidade linguística também marcada. Nesse sentido, as línguas nativas são riquezas que integram as demais potencialidades do contexto onde estão. Seja na Amazônia, onde situa-se esse imenso Laboratório Linguístico, seja em qualquer parte do Planeta, o Nativo é o homem do saber local e o migrante ou imigrante precisa aprender e respeitar seus conhecimentos. Tal saber só é possível de ser registrado e transmitido se a sua língua puder registrá-lo em toda a sua expressividade, em integração com a Língua Portuguesa que precisará aprender e compreender para a melhor qualidade de sua vida.

Considerando-se a relevância pessoal, social, institucional e a importância incontestável da relação entre contexto a linguagem, torna-se imprescindível relacionar e refletir sobre a linguagem de povos nativos no contexto amazônico, caracterizado por problemas bem específicos como: conflitos de terras, biopirataria, questões indígenas, problemas com o narcotráfico, garimpos, avanço da pecuária e, sobretudo, a depredação ambiental. Acredita-se que as aulas para a Educação Linguística, deverá propor uma abordagem que reflita sobre esses conflitos. Nesse sentido, faz-se necessário um estudo voltado para o planejamento harmonioso dos aspectos sociolinguístico-ambientais na Amazônia, como forma de subsidiar o desenvolvimento sustentável na região e desnudar as linguagens que impedem ou inviabilizam esse desenvolvimento. Ao contemplar apenas um aspecto, que seja o social, o econômico ou o ambiental, apresentaríamos lacunas insanáveis e necessárias para uma fundamentação epistemológica completa e consubstanciada teoricamente numa visão de valorização dos povos nativos, em qualquer parte do Planeta.

Um dos conceitos mais apreciados pela ecologia social é a diversidade: esta noção também nos foi apresentada por Darwin que concluiu que a teia da vida é composta por milhões de seres diferentes inter-relacionados. Na biosfera, para que possa haver certa estabilidade, é necessário que haja também muita diversidade de espécie, pois, sua redução pode significar o

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

colapso de todo o sistema. Nas Línguas impera o mesmo princípio: quanto mais conhecemos e respeitamos a língua do Outro, mais ricos nos tornamos. Um fator determinante que contribui para esse enriquecimento é a influência dos meios de comunicação, sobretudo nas áreas de fronteiras, como é o caso de muitos lugares na Amazônia. Tal conhecimento, acredita-se, não pode ser ignorado pelas aulas de Educação Linguística, que devem ser dialogadas, refletidas e realistas.

Conversar sobre uma língua é conversar sobre seu povo e sobre a cultura que esse povo apresenta. Escrevê-la é registrá-la e eternizar o modo de ser de sua gente, de sua Nação, pois Nação, a nosso entender, não é o mesmo que Pátria. A Pátria possui um espaço geográfico que a delimita, que lhe impõe fronteiras, que situa-se nos contornos dos Mapas Históricos, Geográficos, Físicos, Temáticos. A Nação, pelo contrário, está onde o povo da Pátria esteja... Vai com ele, divulga-se, dá-se a conhecer. Para compreender a Nação é preciso compreender a Língua da Pátria, olhar para o Mapa Geográfico e sentir-se envolvido com a cultura geral daqueles limites. Talvez por isso Fernando Pessoa tenha dito: "...minha Pátria é a Língua Portuguesa..." Parece-nos, então, que, para o grande poeta, a pátria seria aquela cuja língua registrasse os fatos e feitos do povo de Língua Portuguesa, onde quer que estivesse. Assim, Educação Linguística é um profundo estudo das línguas que se encontram na Amazônia, em toda sua imensidão de rios, florestas, fauna e flora.

Estudar uma língua significa compreender que ela será sempre o resultado de uma complexa transformação histórica, que se caracteriza no tempo e no espaço, por uma série de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e além. O acúmulo e a integral realização de uma língua dependerá de condições sociológicas, pois, como defendemos, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão de mudanças da língua. Estudar uma língua é também estudar seu passado, sua história, suas fases anteriores. A história das línguas românicas, por exemplo, se entrosa com a do Latim e a deste, através do Itálico, vai acabar no Indo-Europeu. Basta verificarmos os registros históricos e logo descobriremos que o Latim falado no tempo de Ênio não é o mesmo dos contemporâneos de Cícero, nem o desse tempo é idêntico ao de São Jerônimo. O português de onde D. Dinis extraía as suas Cantigas de Amor e de Amigo não é o mesmo português de Camões, nem o deste é o mesmo de Herculano.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

O fato mesmo de ser imprescindível instrumento de comunicação acarreta mudança à língua: as palavras mais frequentemente usadas são também as que mais transformações sofrem. Grupos de palavras acabam por se aglutinar e o desgaste vai provocando reações. Por isso, a todo instante surgem inovações, cujo destino vai depender da estrutura social, ou seja, vai depender da força de como a língua, como instituição, se impõe aos indivíduos. Parece-nos, portanto, que não há como separar, entre os povos, a Língua, a Cultura e a Sociedade. Nesse sentido, o homem é responsável direto pela construção e reconstrução da sua Língua-Mãe e esta ao mesmo tempo em que é formada pelos homens é também responsável pela formação cultural daqueles que dela fazem uso. A partir da constatação de que a valorização da diversidade linguística é imprescindível para que, nas escolas, os educandos se sintam valorizados e acolhidos, bem como para que aprendam a valorizar e a acolher, afirmamos e acreditamos que não há disciplina escolar que mais se volte para essa temática do que o ensino da Língua Materna, neste caso da Língua Portuguesa, não só pelo conteúdo que encerra, mas também pela dinâmica desta no contexto educativo. Afinal é através da Língua Portuguesa que aprendemos a ler e a escrever, a nos relacionar com os outros, a aprender as outras disciplinas. É com essa maravilhosa Língua Portuguesa que fazemos todas as nossas aprendizagens ao longo da vida, sejamos nativos, migrantes ou imigrantes nesse/desse imenso país que é o Brasil.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em terras de grandes processos migratórios, como é o caso de Rondônia, denominada Portal da Amazônia, particularmente nossa área de maior interesse investigativo, a variação linguística e as línguas diversas em contato, são, infelizmente, ainda ancoradas em inúmeros preconceitos: sócio-econômicos, religiosos e culturais de modo geral. O educando filho de migrantes, ou de nativos locais, inicia um processo de perda de identidade muitas vezes irreversível porque é quase sempre colocado frente à situações onde o professor insiste em iniciá-lo na prática da língua, anulando e, muitas vezes criticando, embora com grande “boa intenção”, todo o conforto linguístico que este educando trouxe de casa. Em algumas situações aquele educando “tagarela” lá de casa começa por inibir-se, sendo mesmo confundido com pessoas naturalmente tímidas, e, inevitavelmente, torna-se um aluno com grandes “dificuldades” para a aquisição da leitura e da escrita que a escola tem o dever de ensinar. Já não há a “casa do ser”. (ANÇÃ, 2007). O aluno agora habita um mundo de muitas linguagens. O interessante é que ele, o aluno, compreende essas outras linguagens, mas, a escola não compreende a sua e tenta

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

substituí-la, colaborando em grande escala para a perda da sua identidade, portanto, para a perda da sua liberdade linguística. Aos poucos vai perdendo a identidade e a liberdade de expressão. Inicia-se o doloroso processo da perda do seu mais precioso bem: a sua linguagem. E, infelizmente, esse doloroso processo ocorre, inicialmente, é mesmo na escola. Escola, lugar dos nossos sonhos de descoberta do mundo, lugar de experiências que deveriam ser sempre prazerosas; lugar onde, e aqui falo do interior do Brasil, das regiões de grande fluxo migratório, infelizmente, aprendemos o que significa o preconceito linguístico, que é apenas uma máscara dos demais preconceitos. Escola, lugar onde começamos por questionar a linguagem dos nossos pais, da nossa família, especialmente se humilde, pobre, migrante, imigrante, diferente. Escola, espaço que deveria privilegiar a liberdade linguística, mas que não sabe muito bem o que fazer com a diversidade das linguagens presentes nas salas de aula. Escola que camufla os preconceitos sociais desvalorizando a expressão verbal...e isso é apenas o começo: depois, a sociedade encarregar-se-á de difundir e cultivar este mesmo preconceito linguístico, pois, afinal de contas, a escola descobriu a “fala errada”, “feia”, “pobre” ...e, para a sociedade, a escola é, sempre e sempre, a dona do “saber”.

Acreditamos que nossos alunos migrantes / imigrantes / indígenas não eliminarão as construções que classificamos como “erradas”, seja de fala ou de escrita, simplesmente com o trabalho bem intencionado do professor. A preocupação do professor em expor nomenclaturas gramaticais e sistematizar “regras” para o bem falar e o bem escrever, precisam considerar que, na aquisição da linguagem, seja falada ou escrita, há de se levar em conta o ensino/aprendizagem como o lugar do “ser” do qual fala ANÇÃ (2007). Nesse sentido acredita-se que o professor de Língua Materna é alguém que optou por conhecer sua própria língua, tanto na teoria quanto na prática, e por compartilhar esse conhecimento com indivíduos em formação. Portanto, o processo de aquisição de uma linguagem, seja a classificada como “cultura” ou outra qualquer, há de considerar as experiências desse indivíduo em formação. Afinal, esse indivíduo não é, como já se supôs, uma “folha em branco” que vai à escola para aprender a falar. E teremos de nos lembrar, também, que a aprendizagem dessa língua será para sempre, ao longo da vida. Não é um fato consumado. Ao assim aprendermos descobriremos o prazer de Ensinar e Aprender a nossa Língua Portuguesa, às vezes Materna, às vezes Não-Materna, às vezes necessária

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

de ser ensinada simultaneamente como Materna e Não-materna, porém, sempre acolhedora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÇÃ, Maria Helena. *Línguas maternas e Língua materna*. In: UA on line. 21 de Fevereiro de 2007. Disponível em www.dte.ua.pt. Acessado em 21/02/2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas; o que falar quer dizer*. Tradução de Sérgio Miceli e outros. EDUSP, São Paulo, 1996.

BRASIL. *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos – Novas Perspectivas em Política Lingüística*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, Mercado de Letras, Campinas, 2003.

BRASIL. Código Penal Brasileiro. Decreto-Lei n. 2.848, promulgado em 07 de Dezembro de 1940. Senado, Brasília. Disponível em: http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf. acessado em 10/09/2008.

BRASIL Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Senado, Brasília. 1988. Disponível em <http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/crfb.pdf>. Acessado em 10/09/2008.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: língua portuguesa*. MEC/SEF, Brasília, 2000.

DUBOIS, Jean *Et al. Dicionário de Lingüística*. Cultrix, São Paulo, 2006.

GÓES, Hércules. *Rondônia Terra de Imigrantes – Histórias de Sucesso*. Ecoturismo, Porto Velho, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2 ed. Contexto, São Paulo, 2005.

HOUAISS, Antonio. 2005. *Dicionário*. 2 ed. Objetiva, Rio de Janeiro.

LIONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Koogan, Guanabara, Rio de Janeiro, 2005.

MENEZES, Esron Penha de. *Território Federal do Guaporé – Retalhos para a história de Rondônia*. Gênese, Porto Velho, 1988.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à Educação do Futuro*. 12 ed. UNESCO, Brasília, 2007.

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. Companhia das Letras, Rio de Janeiro.

ROQUETE – PINTO, E. (1938). *Rondônia*. 4 ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1999.

SILVA, Maria das Graças S. N. *Espaço Ribeirinho*. Terceira Margem, Porto Velho, 2003.

Recebido em 20/10/2018.

Aceito: 13/12/2018.

Sobre a autora e contato:

Maria do Socorro Pessoa, Profa. Dra. Universidade Federal de Rondônia, Brasil- Universidade de Aveiro, Portugal

E-mail: sopessoa@gmail.com